POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E DESAFIOS DOS REFUGIADOS VENEZUELANOS: UMA ANÁLISE DOS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO REGIONAL

MIGRATION POLICIES AND CHALLENGES TWO VENEZUELAN REFUGEES: AN ANALYSIS OF TWO HUMAN RIGHTS WITHOUT REGIONAL CONTEXT

POLÍTICAS MIGRATORIAS Y DESAFÍOS DE LOS REFUGIADOS VENEZOLANOS: UN ANÁLISIS DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EL CONTEXTO REGIONAL

LUCAS, Valentina Farias [1]

GONGORA, Ana Gabrielle Arevalo [2]

AFONSO, Paulo Adaias Carvalho [3]

Introdução: A crise migratória venezuelana representa um dos mais significativos desafios humanitários enfrentados pela América Latina nas últimas décadas. Este trabalho aborda as políticas migratórias adotadas por diversos países da região e analisa seu impacto sobre os direitos humanos dos refugiados venezuelanos. A escolha desse tema é justificada pela necessidade de compreender como diferentes abordagens políticas influenciam a proteção e a dignidade dos refugiados em um contexto de crescente fluxo migratório e vulnerabilidade. **Objetivos:** O objetivo geral desta pesquisa é examinar as políticas migratórias implementadas na América Latina e avaliar seus efeitos sobre os direitos humanos dos refugiados venezuelanos. A pesquisa pretende identificar práticas eficazes e áreas de deficiência nas políticas regionais, com o intuito de fornecer recomendações para a melhoria da proteção e do bem-estar dos refugiados. **Metodologia:** Este estudo foi conduzido por meio de uma análise extensiva da literatura relevante e da avaliação de relatórios de organizações de direitos humanos. A metodologia incluiu uma análise crítica das políticas públicas adotadas em países-chave, especificamente Brasil e Colômbia. No Brasil, foram examinados a Lei de Refugiados e o Programa de Interiorização, enquanto na Colômbia, o foco foi na Proteção Temporal para Migrantes (ETPM). A pesquisa não envolveu amostragem ou métodos estatísticos, mas utilizou uma abordagem qualitativa para interpretar os impactos das políticas sobre os direitos humanos, realizando uma comparação das políticas e suas implicações. **Resultados e Discussão:** Os resultados revelam que tanto o Brasil quanto a Colômbia implementaram políticas relativamente inclusivas e eficazes para enfrentar a crise migratória. No Brasil, a Lei de Refugiados e o Programa de Interiorização proporcionaram suporte significativo, enquanto a Proteção Temporal para Migrantes na Colômbia também mostrou resultados positivos.

[1] Graduanda em Direito. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). ORCID: https://orcid.org/0009-0004-4040-1949. E-mail: valentinaflucas@gmail.com.

[2] Graduanda em Direito. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq). http://lattes.cnpq.br/4441663162707586. *E-mail*: anaarevalo0211@gmail.com.

[3] Mestre em Direito. Universidade Católica Dom Bosco. *Lattes*: http://lattes.enpq.br/4852611529301313. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0678-4988. *E-mail*: paulo.afonso@ucdb.br.

Entretanto, outros países da região enfrentam desafios consideráveis, como restrições no acesso a direitos essenciais e condições precárias de vida, o que compromete a proteção e o bem-estar dos refugiados. A discussão aborda como essas políticas variam entre os países e a necessidade de melhorias em áreas identificadas como deficitárias. **Conclusão:** A pesquisa conclui que é essencial adotar políticas migratórias mais integradas e coordenadas na América Latina. Os objetivos propostos foram alcançados, evidenciando que, embora algumas políticas estejam promovendo uma proteção adequada para os refugiados venezuelanos, há uma necessidade urgente de coesão regional e fortalecimento das iniciativas de apoio. As recomendações incluem a implementação de políticas regionais mais harmonizadas e a expansão dos mecanismos de apoio para garantir uma resposta mais eficaz e humanitária à crise migratória.

Palavras-chaves: Direitos humanos; Políticas migratórias; Refugiados venezuelanos.

Referências

AMNESTY INTERNATIONAL. **Relatório sobre direitos humanos na América Latina e a crise de refugiados venezuelanos**. Disponível em: www.amnesty.org.br/relatorio-america-latina-2023. Acesso em: 16 ago. 2024.

BRASIL. **Lei de Refugiados** (Lei nº 9.474/1997). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. **Programa de Interiorização dos Refugiados**. Disponível em: www.mj.gov.br/assuntos/refugiados/programa-de-interiorizacao. Acesso em: 18 ago. 2024.

COLOMBIA. **Protección Temporal para Migrantes Venezolanos** (ETPM). Disponível em: www.cancilleria.gov.co/en/proteccion-temporal. Acesso em: 18 ago. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Direitos dos refugiados na América Latina: um panorama atual**. Disponível em: www.hrw.org/report/2023/direitos-refugiados-america-latina. Acesso em: 17 ago. 2024.

SANTOS, L. **Desafios das políticas migratórias na América Latina**. *Jornal de Políticas Públicas*, v. 29, n. 1, p. 78-91, 2022.